DECRETO Nº 1588

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal DONA JÚLIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Curitiba e de acordo com a Lei Municipal n.º 14.587, de 14 de janeiro de 2015, e com base no Protocolo n.º 01-189295/2021;

considerando a necessidade de promover a preservação da biodiversidade no Município;

considerando a necessidade de reconhecimento aos benefícios prestados à cidade pelos proprietários de áreas verdes no Município de Curitiba;

considerando a necessidade de resguardar a qualidade de vida dos cidadãos,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal DONA JÚLIA, doravante denominada RPPNM DONA JÚLIA.

§1º A RPPNM DONA JÚLIA, com área de 3.851,04m², localiza-se na rua Amália Túlio Costa, nº 241, no bairro Santa Felicidade, Indicação Fiscal 57.050.089, conforme consta no Memorial Descritivo e na Matrícula nº 103.504 da 9ª Circunscrição de Registros de Imóveis de Curitiba, correspondendo à área integral do imóvel.

§2º Conforme Memorial Descritivo apresentado, o perímetro do imóvel corresponde à descrição “Lote 09-B-01, oriundo da subdivisão do Lote 9-B da Planta Espólio de Antônio Costa de João, nesta Capital, situado no lado ímpar da numeração predial da rua Amália Túlio Costa (N621), nº 241, distante 219,95m da rua Leão Zeigelboim (N618B), inicia-se no marco denominado ‘0=PP’, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=669326.292m e N=7189659.559m; daí segue com o azimute de 124°54’19’’ e a distância de 92.24 m até o marco ‘1’ (E=669401.936m e N=7189606.779m) onde confronta com F.N.E. Referente Previsão Passagem de Rua; daí segue com o azimute de 233°12’28’’ e a distância de 47.97m até o marco ‘2’ (E=669363.518m e N=7189578.047m) onde confronta com o lote sob I.F. 57.057.015; daí segue com o azimute de 304°49’56’’ e a distância de 76.50m até o marco ‘3’ (E=669300.724m e N=7189621.742m) onde confronta com o lote sob I.F. 57.050.033; daí segue com o azimute de 34°03’48’’ e a distância de 45.65m até o marco ‘0=PP’ (E=669326.292m e N=7189659.559m) onde confronta com a Rua Amália Túlio Costa (N621); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 3.851,04m², sem benfeitorias”.

Art. 2º A RPPNM é uma Unidade de Conservação (UC) que tem por função básica a conservação da diversidade biológica, fauna e flora, por meio da proteção, monitoramento e manutenção do meio físico e dos ecossistemas presentes, em caráter irrevogável.

Art. 3º Na RPPNM poderão ser permitidas atividades de pesquisas científicas e visitação com objetivos terapêuticos, turísticos, recreativos e educacionais, desde que previstas no Plano de Manejo.

§1º Especificamente neste imóvel, não será aprovada a implantação de nenhuma edificação e estrutura, para manter a integralidade da cobertura vegetal preservada e conservada e atender a legislação ambiental vigente, em especial a que se refere à Área de Preservação Permanente - APP do curso

hídrico que percorre o imóvel.

§2º Qualquer intervenção futura deverá atender as exigências da legislação ambiental e urbanística vigente e estar prevista no Plano de Manejo e Conservação a ser aprovado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA.

§3º Usos e intervenções não previstos na Lei Municipal n.º 14.587, de 14 de janeiro de 2015, devem ser objeto de análise por parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente, desde que atendidos os quesitos legais e não apresentem conflitos com a finalidade da RPPNM.

Art. 4º As infrações ao disposto neste decreto serão enquadradas com base nas previsões da legislação vigente.

Art. 5º Ficam os proprietários da RPPNM DONA JÚLIA responsáveis por sua administração e manutenção.

Parágrafo único. Em caso de mudança de titularidade da RPPNM em sucessão hereditária, venda ou doação da mesma, ficará o novo proprietário responsável por garantir o cumprimento das obrigações assumidas quando da assinatura do Termo de Compromisso que se encontra averbado à matrícula do imóvel, bem como das demais obrigações legais referentes a conservação da Reserva.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, 26 de outubro de 2022.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo
Prefeito Municipal

Marilza do Carmo Oliveira Dias
Secretária Municipal do Meio Ambiente